



Lia de Paula/Senado Federal



Na audiência que aprovou a proposta, senadores verificaram que o consumo de álcool é responsável por 40% dos acidentes no país

Senado aprova tolerância zero para motorista alcoolizado

Projeto votado ontem fixa pena de até 16 anos de prisão para condutor que beber qualquer quantidade de álcool e se envolver em acidente com morte. Provas testemunhais, imagens e vídeos serão aceitos para comprovar embriaguez

A tolerância zero para álcool ao volante foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, em decisão terminativa. A

proposta estabelece penas mais severas para infrações de trânsito em caso de embriaguez e permite que outros meios, além do bafômetro, sejam usados para verificar

se o condutor do veículo está ou não sóbrio. Caso não haja recurso para análise em Plenário, o projeto segue direto para votação na Câmara dos Deputados. **3**



Especialistas se reuniram na Comissão de Assuntos Econômicos, presidida por Delcídio do Amaral

Economistas não veem risco de bolha financeira em oferta de crédito **6**



Rossetto participa de audiência ao lado de Benedito de Lira e Mozarildo Cavalcanti

Presidente da Petrobras Biocombustíveis vê outro pré-sal na energia renovável **4**

Prorrogação da DRU passa em comissão e vai ao Plenário **7**

Primeira versão do Orçamento 2012 deve ser votada hoje **7**

Defensoria pública poderá ter autonomia administrativa **2**



Comissões de Ciência e Tecnologia e de Agricultura votam emendas ao projeto do novo código: sem consenso

Comissão de Meio Ambiente deverá decidir sobre questões polêmicas do Código Florestal

Definição sobre atividades a serem regularizadas em áreas de preservação é uma das 20 emendas

ao texto do senador Luiz Henrique sobre as quais ainda não há consenso e que serão avaliadas na CMA. **5**

Representantes indígenas dizem que governo limita direitos **8**

Agência Nacional de Águas aponta falha na gestão de recursos **4**

Especialistas sugerem regras ambientais para áreas urbanas **4**

Márcia Kalume/Senado Federal

Márcia Kalume/Senado Federal

Lia de Paula/Senado Federal

Proposta de Vanessa Grazziotin estabelecendo autonomia funcional e administrativa a esses órgãos foi aprovada ontem na CCJ e seguirá para análise e votação do Plenário

Defensorias da União e do DF poderão ter autonomia

AS DEFENSORIAS PÚBLICAS da União (DPUs) e do Distrito Federal poderão conquistar autonomia funcional e administrativa, bem como a iniciativa de elaboração de sua proposta orçamentária, já asseguradas pela Constituição às defensorias públicas estaduais. Proposta (PEC 82/11) nesse sentido, da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De acordo com a senadora, a atuação das defensorias públicas estaduais avançou após a aprovação da Emenda Constitucional 45/04, que conferiu sua independência funcional, administrativa e orçamentária. Para Vanessa Grazziotin, independentemente da área de abrangência desse trabalho, o fato de a defensoria pública se pautar pela assistência jurídica aos cidadãos carentes já justificaria a unifor-



Eunício preside a CCJ: busca de condição já assegurada a defensorias estaduais

Lia de Paula/Senado Federal

Nacional do Seguro Social (INSS) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

No voto favorável à PEC 82/11, o relator, Inácio Arruda (PCdoB-CE), observou que o Supremo Tribunal Federal (STF) já reconheceu a defensoria pública como instituição essencial à função jurisdicional do Estado, qualificando-a "como instrumento de concretização dos direitos e das liberdades de que são titulares as pessoas carentes e necessitadas".

Após a apresentação do parecer favorável,

mização desse tratamento.

Apesar do reduzido número de defensores federais em atuação no país – cerca de 480 –, a DPU realizou mais de 1 milhão de atendimentos em 2010, ressaltou a parlamentar. A assistência jurídica prestada pela instituição envolve ações relacionadas a órgãos e entidades públicos federais, como Caixa Econômica, Correios, Instituto

lido por Demóstenes Torres (DEM-GO), Pedro Taques (PDT-MT) considerou que a medida "vai trazer autonomia para as defensorias públicas da União e do Distrito Federal e também cidadania para o povo brasileiro".

Aprovada pela CCJ, a proposta seguirá para o Plenário do Senado, onde será submetida a dois turnos de discussão e votação.

Volta à Câmara criação de dois cargos para TCU

Em decisão terminativa, a CCJ também aprovou projeto de lei da Câmara (PLC 168/10) que cria dois cargos em comissão para o gabinete do quarto auditor do Tribunal de Contas da União (TCU): um de oficial de gabinete e outro de assistente.

A medida se justificaria, argumentou o relator, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), pela necessidade de compor o quadro de pessoal do quarto auditor do TCU, cargo criado pela Lei 11.854/08.

Se a criação dessas duas funções não gerou dúvidas, o mesmo não se deu com emenda do relator alterando a denominação do cargo de auditor do TCU para ministro-substituto. Segundo explicou Vital do Rêgo, o auditor do TCU tem a missão constitucional de substituir os ministros da Corte, presidindo processos e relatando-os com proposta de decisão. O projeto volta à Câmara, já que sofreu alteração no Senado.

Suriname e Haiti têm novos embaixadores

As indicações presidenciais dos diplomatas Marcelo Baumbach, para exercer o cargo de embaixador em Paramaribo, no Suriname, e de José Luiz Machado e Costa para embaixador em Porto Príncipe, no Haiti, foram aprovadas ontem pelo Senado.

Durante sua sabatina na Comissão de Relações Exteriores (CRE), no final do mês passado, Baumbach afirmou que a cooperação na produção de energia deverá ser um dos temas prioritários das relações entre Brasil e Suriname nos próximos anos.

Também na sua sabatina na CRE, Machado e Costa ressaltou a necessidade de um trabalho conjunto entre diplomatas e militares brasileiros no Haiti. Desde 2004 o Exército brasileiro integra a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti.

Congresso lembra 70 anos da Força Aérea Brasileira

Os 70 anos do Ministério da Aeronáutica e da Força Aérea Brasileira (FAB) foram comemorados ontem em sessão solene do Congresso Nacional.

Senadores e deputados falaram do papel dessas instituições na manutenção da soberania nacional e no desenvolvimento da aviação no país.

– Como brasileiro, tenho muito orgulho da FAB – disse o senador Eduardo Amorim (PSC-SE), um dos requerentes da sessão.

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) defendeu mais investimentos para as Forças Armadas.

– Nosso orçamento, todos sabem, é um cobertor curto e temos defendido que possamos priorizar os investimentos nas Forças Armadas, sobretudo na pesquisa – disse.

Participaram da cerimônia o comandante da Aeronáutica, Juniti Saito, o ministro-chefe da Secretaria de Aviação Civil, Wagner Bittencourt de Oliveira, o ministro-chefe do Gabinete de

Segurança Institucional (GSI), José Elito Carvalho Siqueira, o vice-almirante da Marinha Walter Carrara Loureiro e o general de divisão do Exército Araken de Albuquerque.



Juniti Saito (E), José Elito Carvalho Siqueira e Eduardo Amorim na sessão solene

Democracia representativa está em crise, diz Sarney em entrevista

A democracia representativa está em crise, sendo substituída por um tipo de democracia direta possibilitada pelas novas tecnologias de comunicação. A análise é do presidente do Senado, José Sarney, em entrevista publicada no primeiro número da revista *Congresso em Foco*.

"Estamos marchando para um tipo de democracia direta. Hoje, 30 dias depois da eleição, o eleitor já não sabe por que votou em determinada pessoa, nem o eleito sabe por que foi votado. Desapareceram os programas e as ideologias", diz Sarney.

De acordo com ele, os parlamentos envelheceram, deixando de representar a sociedade adequadamente. Para Sarney, a representação parlamentar vem sendo superada pela velocidade

dos acontecimentos, divulgados e acessíveis graças à mídia.

Na entrevista, Sarney também critica o caráter híbrido da Constituição de 1988, que, segundo ele, deformou a atividade legislativa com as medidas provisórias. "A iniciativa legislativa passou a ser do Executivo", diz. "O Congresso perdeu o poder de criatividade".

Ao ser questionado sobre a oposição, Sarney afirma que ela não tem propostas. "Nós temos uma oposição com nomes brilhantes, ativos, mas falta proposta, uma ideia-chave que seja a motriz desse processo".

O senador também avalia que o voto proporcional uninominal – em que o eleitor escolhe um candidato e não um partido ou lista – enfraquece as legendas.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Pauta trancada por MPs

14h Três projetos de lei de conversão (PLVs 26/11, 28/11 e 29/11) estão trancando a pauta da sessão deliberativa de hoje.

Presidência Banco latino-americano

11h O senador José Sarney recebe o presidente executivo do Banco de Desenvolvimento da América Latina, Enrique García, e a diretora representante no Brasil, Moira Paz-Estensoro; às 12h, recebe o presidente da Fundação Eugênio de Almeida, Henrique Granadeiro. Às 16h, preside a ordem do dia.

CMA Bacias hidrográficas

8h30 A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle promove audiência pública sobre o tema "A reforma do Código Florestal e as bacias hidrográficas". Às 12h, votação de emendas ao Plano Plurianual.

CRA Código Florestal

8h30 A senadora Kátia Abreu (PSD-TO) é uma das convidadas para audiência pública sobre o novo Código Florestal na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Apreciação e votação, às 14h, de emendas ao projeto que institui o Plano Plurianual 2012–2015.

Subcomissão Acessibilidade na Copa do Mundo

9h Audiência pública da Subcomissão Temporária para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas e as Paraolimpíadas de 2016 para debater a rede de proteção social necessária e as políticas de acessibilidade programadas para os três eventos. Entre os convidados, o deputado federal e ex-jogador Romário.

CRE Mortos da FEB

9h A Comissão de Relações Exteriores vota emendas ao PPA. Às 10h, audiência sobre o Cemitério de Pistoia, na Itália, onde encontram-se os corpos de membros da Força Expedicionária Brasileira, mortos na 2ª Guerra Mundial. A comissão realiza ainda três sabinas.

CI Manual de veículos

9h Votação de emendas ao Plano Plurianual pela Comissão de Serviços de Infraestrutura. Examina ainda projeto que obriga fabricantes e importadores de veículos a informarem, no manual de manutenção do automóvel, denominação, marca e código de referência das principais peças do veículo.

CMO Relatórios

10h A Comissão Mista de Orçamento reúne-se para apresentação, discussão e votação de relatórios.

Difusão cultural Arquivo do Senado

14h Lançamento do Projeto de Difusão Cultural do Arquivo do Senado Federal, no Interlegis.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite às 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Senado confirma revogação do voto impresso

A revogação do voto impresso a partir das eleições de 2014 foi confirmada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que aprovou em turno suplementar substitutivo de Demóstenes Torres (DEM-GO) ao PLS 478/11, de Lindbergh Farias (PT-RJ). Como a aprovação da CCJ aconteceu de forma terminativa, a matéria deve ir diretamente para a Câmara dos Deputados.

O Supremo Tribunal Federal (STF) já decidiu pela suspensão da regra. Ao defender seu substitutivo, Demóstenes alertou para o risco de a impressão do voto se tornar inconstitucional diante da possibilidade de quebra do sigilo de votação.

– Houve uma experiência de voto impresso em 2002, mas não foi bem-sucedida. Cerca de 90% dos eleitores não examinaram a confirmação do voto, deixando o comprovante na máquina – comentou o senador.

Segundo Demóstenes, o voto impresso é uma medida não só inconstitucional, mas também ineficiente e cara (custaria cerca de R\$ 1 bilhão aos cofres públicos).

Beber qualquer quantidade de álcool e dirigir pode virar crime com pena de até 16 anos de prisão em caso de acidente com morte, segundo projeto que segue para a Câmara. Embriaguez poderá ser comprovada por outros meios, além do bafômetro

Comissão de Constituição e Justiça aprova tolerância zero para álcool ao volante

DIRIGIR SOB EFEITO de qualquer nível de concentração de álcool ou outra substância psicoativa no sangue poderá ser considerado crime. A comprovação do estado de embriaguez do motorista também poderá ser feita por outros meios, além do uso do bafômetro, como ocorre hoje. Essas medidas constam do PLS 48/11, de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), aprovado ontem em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Se a matéria não for alvo de recurso para votação pelo Plenário, seguirá direto para a Câmara dos Deputados.

De acordo com a proposta, a caracterização do crime poderá ser obtida por meio de testes de alcoolemia (nível de álcool no sangue), exames clínicos, perícia ou outras formas que permitam certificar, técnica e cientificamente, se o condutor está embriagado. O uso de prova testemunhal, de imagens e vídeos também será admitido para comprovação de eventual estado de embriaguez do condutor do veículo.



Entre Ricardo Ferraço e Marta Suplicy, Pedro Taques (C) acolhe emendas para especificar punições aos infratores

Ao defender seu projeto, Ricardo Ferraço considerou que o país vive uma “epidemia” de violência no trânsito. Conforme ressaltou, o consumo de álcool é responsável por 40% dos acidentes de trânsito registrados no país.

– É preciso refletir se esse não é o momento de evoluir para a tolerância zero contra esse tipo de atitude – ponderou.

Indicado para ler o relatório de

Vital do Rêgo (PMDB-PB) na CCJ, Pedro Taques (PDT-MT) defendeu a aprovação da proposta e comentou que a comissão de juristas encarregada pelo Senado de propor novo texto para o Código Penal também já estaria atenta a formas de restringir a associação entre álcool e volante.

Taques acolheu emendas de Demóstenes Torres (DEM-GO) para melhor especificar a punição dos

infratores envolvidos em acidentes de trânsito que resultem em lesão corporal grave (reclusão de 3 a 8 anos); gravíssima (reclusão de 6 a 12 anos) e morte (reclusão de 8 a 16 anos). Multas e suspensão para dirigir serão outras penas aplicáveis nas infrações de trânsito por embriaguez.

Como a proposta passa a considerar crime qualquer nível de concentração de álcool no sangue, Marta Suplicy (PT-SP) mostrou preocupação de que motorista ou motociclista retido em blitz possa ser alvo de inquérito policial simplesmente por ter comido um bombom recheado com licor antes de dirigir. Pedro Taques tranquilizou a senadora afirmando que uma pessoa nessa situação não teria embriaguez comprovada em teste de bafômetro nem em exames físicos ou visuais.

Os senadores Sérgio Petecão (PSD-AC) e Marcelo Crivella (PRB-RJ) também se manifestaram a favor da matéria.

Benedito de Lira defende penas mais severas

Benedito de Lira (PP-AL) anunciou que apresentará projeto para punições mais severas aos motoristas embriagados. O senador relatou que, nos últimos oito anos, as mortes no trânsito aumentaram “em escalada vertiginosa”. Segundo ele, o país teve 32 mil vítimas fatais em 2002, passando a 38 mil em 2008 e chegando a quase 41 mil no ano passado. Se considerados somente os acidentes envolvendo motocicletas,



Waldemir Barreto/Senado Federal

Senador apresentará projeto de punições para motoristas embriagados

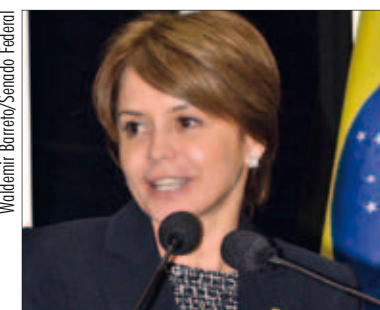
o número de mortos no período triplicou, ressaltou. Ele comparou que em 2010 houve 39 mortes em acidentes aéreos.

Em aparte, Sérgio Souza (PMDB-PR) parabenizou o colega.

Ângela Portela sugere educação para o trânsito

Ângela Portela (PT-RR) fez alerta sobre o aumento do número de mortes no trânsito na última década, citando estudo do Ministério da Saúde divulgado na última sexta-feira que aponta crescimento de quase 25% nos acidentes fatais entre 2002 e 2010.

– Na raiz de tudo está a educação. Nosso povo está melhorando de vida, está tendo acesso a bens de consumo duráveis, mas não



Waldemir Barreto/Senado Federal

A educação não tem acompanhado o crescimento do acesso a bens, diz Ângela – afirmou a senadora.

Em aparte, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) concordou que a educação é o melhor caminho para reduzir a violência no trânsito.

Suplicy comenta conflitos na USP



Waldemir Barreto/Senado Federal

Eduardo Suplicy (PT-SP) propôs ontem reflexão sobre os recentes conflitos envolvendo estudantes da Universidade de São Paulo (USP), onde 72 alunos foram detidos e liberados

após pagamento de fiança. Os conflitos ocorreram depois que policiais abordaram três estudantes que estavam supostamente com maconha no campus.

– As manifestações de opinião são fundamentais em uma democracia, mas devem ser realizadas com respeito a cada ser humano e ao patrimônio público e privado – disse o senador.

Reditario quer punir mais o estelionato



Waldemir Barreto/Senado Federal

Reditario Cassol (PP-RO) comunicou ontem a apresentação de dois projetos que aumentam as penas para crimes de estelionato.

– A pena para estelionato é pequena, de um a cinco anos, e quase sempre o crime prescreve antes que o bandido seja julgado e condenado, porque a Justiça é lenta – afirmou o parlamentar.

Ele apelou aos senadores que façam urgentemente alterações no Código Penal e no Código da Criança e do Adolescente, de modo a aumentar as penas para uma série de crimes.

Armando Monteiro: reforço na segurança



Waldemir Barreto/Senado Federal

Armando Monteiro (PTB-PE) lamentou que tentativas de atualizar o Código Penal não tenham prosperado e defendeu que penas para o crime organizado sejam diferenciadas das do crime de formação de quadrilha.

O senador disse que levará à Subcomissão Permanente de Segurança Pública a proposta de criar comissão para acompanhar ações das Forças Armadas em segurança pública. Ele ressaltou que os militares tiveram um “papel vital” na ocupação de áreas dominadas pelo tráfico no Rio de Janeiro.

Renan elogia combate a tráfico de pessoas



Waldemir Barreto/Senado Federal

Renan Calheiros (PMDB-AL) elogiou as ações do Ministério da Justiça no combate ao tráfico de pessoas. Entre as iniciativas, apontou a criação de grupo de estudos formado por

21 órgãos da administração pública. O grupo deve trabalhar em diagnóstico sobre as rotas de migração e atuação desse tipo de crime no Brasil.

– Tenho convicção de que, com as transformações socioeconômicas brasileiras e com essas ações do ministro José Eduardo Cardozo, muito em breve nos livraremos dessa mácula vergonhosa.

Cientistas: mais investimento em ensino básico

A produção científica no Brasil depende de investimento em educação básica, desde infraestrutura a formação e salário dos professores. Essa foi a tônica da audiência pública que ontem discutiu “Ciência na educação

de base: recurso humano para o futuro do país” na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a

Cultura (Unesco).

Participaram da audiência o representante em exercício da Unesco no Brasil, Lucien Muñoz, e a diretora da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (Fapeam), Maria Oli-

via Simões, além do secretário de Educação do Amazonas, Gedão Amorim, e do professor do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas da Universidade de São Paulo (USP) João Evangelista Steiner.

Ouvido pela Comissão de Desenvolvimento Regional, dirigente da Petrobras Biocombustíveis ressaltou que o Brasil é hoje o segundo maior produtor de biodiesel

Energias renováveis são outro pré-sal, diz Rossetto

O PRESIDENTE DA Petrobras Biocombustíveis, Miguel Rossetto, manifestou otimismo ontem, no Senado, sobre o potencial das alternativas ao petróleo no Brasil, com ênfase no biodiesel. Mas ressaltou que as novas oportunidades energéticas exigem capacitação, planejamento e fortes investimentos. Ele foi ouvido em audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

– O Brasil tem um outro pré-sal a partir das energias renováveis que nós temos. As energias renováveis necessitam de um programa gêmeo do pré-sal. Nós temos condição de fazer essa produção como nenhum país tem. Nós temos tecnologia, capital, qualidade, capacidade de trabalho e mercado.



Ao lado do Benedito de Lira (D), Rossetto aponta necessidade de mais investimentos no setor

Rossetto destacou o “crescimento extraordinário do Programa Nacional de Biodiesel, “que oferece incentivos à produção de oleaginosas e estabelece um percentual de mistura de óleo vegetal no diesel de petróleo. Em seus cálculos, em quatro anos de vigência, o programa excedeu as metas estabelecidas e fez do Brasil o segundo maior produtor mundial de biodiesel.

O dirigente assinalou a im-

portância do biodiesel para “dinamizar” a produção agrícola e promover a inclusão social, estimulando a agricultura familiar.

Lídice da Mata (PSB-BA) destacou a integração do biocombustível à economia regional e pediu estímulo fiscal à diversificação de oleaginosas. Também participaram do encontro José Pimentel (PT-CE), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Benedito de Lira (PP-AL), presidente da CDR.

Ana Rita convoca capixabas a mobilização

Ana Rita (PT-ES) conclamou o povo capixaba a participar do movimento em defesa do pagamento dos royalties da exploração do petróleo ao Espírito Santo, um dos maiores produtores do país. A manifestação contará com caravanas dos 78 municípios do estado, que hoje se concentrarão na Praça dos Namorados da Praia do Canto, em Vitória, às 14h. A senadora apelou à Câmara dos Deputados, para que não referende proposta que prejudica o Espírito Santo.

– Estarei presente, lutando para evitar que o nosso estado sofra perdas incalculáveis – declarou a senadora.



Valdemir Barreto/Senado Federal

Crivella anuncia marcha em defesa dos royalties

Marcelo Crivella (PRB-RJ) anunciou que hoje, no centro da cidade do Rio de Janeiro, será realizada passeata “contra a injustiça e em defesa do Rio”, contra a aprovação do projeto que redistribui os recursos dos royalties do petróleo.

– A sociedade fluminense irá expressar sua indignação contra a votação dos royalties. Será ponto facultativo. Amanhã, a sociedade organizada, igrejas, sindicatos, empresas vão para as ruas, com todo o direito, para protestar contra uma decisão que não honra as tradições de ponderação, de tolerância, de bom senso desta Casa – afirmou.



Gerardo Magalhães/Senado Federal

Gestão de recursos hídricos é falha, diz ANA

O diretor-presidente da ANA, Vicente Guillo, afirmou ontem em debate na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) que poucos estados brasileiros têm conseguido manter políticas contínuas de gestão de recursos hídricos, que oscilam muito por razões de natureza política.

Ele assinalou que há uma grande resistência dos hidrogeólogos em aceitar a temática de mudanças climáticas como preocupante.

– Trabalha-se muito com razões de natureza científica [para as mudanças climáticas]. Quando se transportam os modelos de previsão climática para a escala de uma bacia hidrográfica, esses modelos são altamente imprecisos – avaliou.

Guillo disse que o Brasil gera grandes expectativas por possuir as maiores bacias do mundo. A agência propõe o melhoramento da rede hidrometeorológica para municiar novos modelos de gestão de recursos hídricos e prevenção de inundações.



Sérgio Souza ouve o presidente da Agência Nacional de Águas, Vicente Guillo

Além disso, propõe a criação de um organismo no âmbito da ONU que faça a governança global da água. Hoje, explicou, o tema água está em 56 entidades e fica subordinado ao interesse específico de cada uma.

Representante do Ministério da Aquicultura e Pesca, Luis Alberto Sabanay disse que é responsabilidade do Estado determinar como a água deve ser ocupada para produzir e como deve ser conduzido o processo de organização desse espaço marítimo e continental.

– A utilização é baseada no modelo fundiário – criticou.

Já Estevão de Melo Moura, do mesmo ministério, disse que o Brasil possui o maior potencial do mundo para desenvolvimento da aquicultura, mas o consumo *per capita* é de apenas nove quilos por ano de pescado, ainda três quilos abaixo do recomendado pela Organização Mundial de Saúde. Ele também observou que o país tem déficit de US\$ 1 bilhão na balança comercial com a importação de pescado.

Regras específicas para áreas de preservação nas cidades

O impacto do novo Código Florestal nas cidades foi discutido por especialistas em audiência promovida pela CMA. Os relatores Jorge Viana (PT-AC) e Luiz Henrique (PMDB-SC) ouviram críticas e sugestões. Viana pediu a ajuda dos especialistas na conclusão de seu relatório, a ser apresentado no dia 16.

Os especialistas pediram aos senadores que o código ganhe capítulo específico para áreas urbanas. Entre as principais preocupações, estão as regras para manutenção de APPs e de reserva legal em zona urbana, que podem ajudar na redução dos desastres ambientais que têm vitimado a população.

Uma das propostas veio do diretor de Assuntos Fundiários

Urbanos da Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades, Celso Santos Carvalho. Para ele, a APPs urbanas ainda não ocupadas devem ter uso sustentável.

O secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia, Carlos Nobre, considera que o código deve tratar com atenção as áreas de risco ambiental ocupadas irregularmente nas cidades. Já o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, Paulo Safady Simão, apelou aos senadores para que o código respeite o conceito de ato jurídico perfeito em empreendimentos realizados sob leis anteriores a ele.



Nabil Bonduki (E), Paulo Safady Simão e senador Rodrigo Rollemberg: sugestões e críticas

Pedro França/Senado Federal

Especialistas pedem definições claras sobre competências

A compensação pela preservação de áreas ambientais e a definição clara das competências de cada instância de poder na aplicação do novo Código Florestal foram as sugestões apresentadas pelo professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP) Nabil Bonduki.

Ele também se disse preocupado quanto à diferenciação entre áreas de proteção ambiental em zona rural e em zona urbana. Sugeriu que, nos casos de áreas urbanas de interesse social, ocupadas de forma irregular, mas que precisam ser regularizadas, sejam evitados riscos às famílias.

Especialista em urbanismo e consultor do Ministério do Meio Ambiente, Tasso Azevedo reforçou a cobrança de um sistema de compensações para quem conserva as florestas. Ele pediu definições claras dos conceitos adotados no projeto e explicitação das metas e objetivos de preservação.

Hoje a CMA promove debate sobre as bacias hidrográficas. Amanhã, sobre a preservação das florestas. No sábado, os senadores da comissão farão diligência em Querência (MS), que saiu da lista dos municípios que mais desmatavam depois de adotar projetos de desenvolvimento sustentável.

Seminário debate preservação e recuperação de recursos hídricos

Começou ontem, no Auditório Petrônio Portella, o 1º Seminário Internacional Água e Transdisciplinaridade para uma Ecologia de Saberes, promovido pela CMA. O evento trata dos desafios da preservação e da resolução de conflitos ambientais, sociais e econômicos que podem tornar a água um produto escasso. Os pesquisadores participantes defenderam a criação de mecanismos que protejam os mananciais e que priorizem a recuperação daqueles já degradados pela ação humana.

Na abertura, o presidente da CMA, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), observou que a redação final do novo Código Florestal deve dar prioridade ao tema água.

– O Código Florestal deve colocar a água em uma posição de honra, porque a água é um elemento essencial para garantir qualidade de vida para esta e para as futuras gerações.

Participam do encontro representantes do Ministério do Meio Ambiente; Agência Nacional de Águas (ANA); Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco); Universidade de Zaragoza (Espanha); Usina Hidrelétrica de Itaipu; Advocacia-Geral da União (AGU); Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília e Centro de Estudos Transdisciplinares da Água. Hoje e amanhã estão previstas diversas atividades no Museu da República, em Brasília.

Única emenda aprovada trata de atividade em APP

A única emenda aprovada na votação dos destaques do Código Florestal, apresentada pela senadora Ana Amélia (PP-RS), modifica o procedimento em caso de propriedades rurais situadas em áreas de preservação permanente (APPs) que não se adequem aos critérios de consolidação.

No texto original, elas deveriam submeter-se à recuperação integral, pelas regras instituídas para as APPs. Com a emenda, precisariam se adaptar somente aos programas de regularização ambiental.

O texto do senador Luiz Henrique estabelece que União e estados implantem programas de regularização ambiental de posses e propriedades rurais.

Eduardo Braga: estresse não deve chegar ao Plenário

Apesar de elogiar avanços no relatório do Código Florestal, Eduardo Braga (PMDB-AM) considerou o resultado aquém do esperado. Ele alertou para a necessidade de os senadores buscarem acordo na CMA, sob pena de os "pontos de estresse" ficarem para o Plenário.

O senador se preocupa com a dificuldade encontrada ontem para se cumprirem acordos. Ele lembrou o longo processo de entendimento e a manifestação dos relatores Luiz Henrique e Jorge Viana no início da reunião. Braga e Acir Gurgacz divergiram em relação a emenda sobre terras que não foram desmatadas quando a legislação permitia.

SÉRGIO SOUZA ELOGIA APROVAÇÃO DO CÓDIGO

Sérgio Souza (PMDB-PR) comemorou a aprovação do texto do Código Florestal nas comissões de Ciência e Tecnologia e de Agricultura e o papel dos relatores, que promoveram entendimento capaz de conciliar divergências.

Apesar da falta de subsídios e do câmbio desfavorável, a produtividade agropecuária aumentou, o que teria feito com que alguns países acreditassem que a legislação ambiental brasileira não estivesse sendo aplicada, afirmou o senador.

A votação de 20 emendas ao texto apresentado pelo senador Luiz Henrique mostrou que persistem divergências em relação a pontos importantes da nova legislação, como a definição de quais atividades em APPs serão regularizadas

Nós do Código Florestal serão resolvidos pela Comissão de Meio Ambiente

A DELIMITAÇÃO DE atividades mantidas em área de preservação permanente (APP) passíveis de regularização, os prazos para adesão a programa de regularização ambiental e as regras para manutenção de áreas protegidas em zonas urbanas são algumas das principais emendas ao projeto de novo Código Florestal (PLC 30/11) que ficaram para decisão da Comissão de Meio Ambiente (CMA),

última a votar o projeto antes do Plenário.

As comissões de Agricultura (CRA) e de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovaram na terça-feira o texto-base do relatório do senador Luiz Henrique (PMDB-SC) e concluíram, ontem, o exame dos destaques. Por falta de acordo, só três das 20 emendas destacadas foram votadas, enquanto

as 17 restantes caberão à CMA.

Luiz Henrique relatou ontem ter se reunido com membros do governo e com senadores e anunciou que entendimentos em torno de mudanças no artigo que trata da regularização de atividades consolidadas em APP serão concluídos em conjunto com o senador Jorge Viana (PT-AC), no relatório que o petista apresentará na CMA.

Os senadores que apresentaram emendas sobre o assunto – Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Acir Gurgacz (PDT-RO), Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Sérgio Souza (PMDB-PR) – concordaram em retirá-las e reapresentá-las na CMA. Rollemberg, no entanto, observou que há divergências entre as emendas. A sugestão de Casildo Maldaner, por exemplo, é pelo fim da obrigação de recomposição de até 15 metros de mata ciliar de rios com até dez metros de largura.

– A minha é o contrário. Eu percebi que o texto só garantia a recuperação de 15 metros de APP em rios de até dez metros de largura e não previa um mínimo de recuperação de mata em rios mais largos – frisou Rollemberg, ao explicar que sua emenda determina faixas progressivas de matas a serem recompostas, conforme o tamanho dos rios.



Senadores Acir Gurgacz (E), Eduardo Braga, Luiz Henrique, Rodrigo Rollemberg e Jorge Viana: busca de acordo continua

Prazos de regularização ambiental provocam reações inesperadas

Os prazos para adesão a programa de regularização ambiental (PRA) são outro tema ainda sem consenso. Luiz Henrique chegou a anunciar voto favorável a duas emendas de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) – uma prevendo a possibilidade de uma única prorrogação para inscrição em cadastro de regularização e outra que condiciona a suspensão de multas por desmatamento ilegal à adesão ao PRA.

Segundo Luiz Henrique, entendimentos asseguravam a aprovação das duas emendas, o que não se concretizou. Kátia Abreu (PSD-TO) e Blairo Maggi

(PR-MT), por exemplo, se manifestaram contra os destaques.

Também ocorreu divergência com emenda de Rodrigo Rollemberg, que limita o benefício de isenção de recomposição de reserva legal a propriedades com até quatro módulos fiscais em 22 de julho de 2008.

Luiz Henrique contava com a aprovação dos três destaques. Ele relatou encontro com representantes de ministérios mais os senadores Jorge Viana, Eduardo Braga e Rodrigo Rollemberg em que se chegava a esse entendimento. Mas, diante das resistências, os destaques foram retirados e enviados à CMA.

Indefinição sobre compensação florestal e serviços ambientais

As sugestões de incentivos econômicos e financeiros para a recomposição e a manutenção de áreas vegetadas também ficaram para o relatório de Jorge Viana. Eduardo Braga retirou emenda que determinava a criação de programa de apoio financeiro para agricultores realizarem a recomposição de APP e reserva legal, com a possibilidade de pagamento por serviços ambientais. Outra emenda retirada por Braga previa que 50% da compensação por área desmatada seja efetuada no estado onde ocorreu o desmatamento e os outros 50% em outros estados, mas em áreas

quatro vezes maiores que as desmatadas.

Ficará também por conta da CMA a decisão sobre regras para a manutenção de áreas protegidas nas cidades. Jorge Viana destacou a importância de ouvir especialistas e buscar acordo que reduza as consequências de desastres climáticos.

Eduardo Braga deverá reapresentar na CMA emenda determinando que sejam preservadas encostas com declividade acima de 25 graus nas cidades, estabelecendo ainda que as faixas de proteção adjacentes às encostas sejam determinadas por estudos geológicos sobre cada área.

Kátia Abreu nega que projeto possibilite uma "anistia infinita"

As duas emendas de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) provocaram impasse na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). Ele decidiu retirá-las para reapresentação na Comissão de Meio Ambiente (CMA).

– Os dois itens que apresentei têm o objetivo de evitar que

haja uma anistia infinita, pois isso é muito grave. Mas sei que minhas emendas enfrentam resistência nesta comissão – declarou Valadares.

Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Kátia Abreu (PSD-TO) discordou de Valadares,

afirmando que "não se trata de anistia infinita". Com argumentos semelhantes ao de Kátia Abreu, Blairo Maggi (PR-MT) disse que "o prazo de um ano para que todos os produtores rurais se apresentem ao cadastro não é suficiente, mesmo com um ano de prorrogação".

Sobre a emenda de Rodrigo Rollemberg, Kátia Abreu disse que a intenção é boa, mas argumentou que, da forma como está escrito, o destaque beneficia apenas a agricultura familiar. A mesma opinião foi apresentada por Waldemir Moka (PMDB-MS).

Senadores se dividem sobre embate entre policiais e manifestantes

Dividiu os senadores a manifestação de anteontem feita por estudantes universitários contra o projeto do novo Código Florestal. O protesto acabou com um aluno atingido pelo disparo de um taser (pistola de choque elétrico) e depois detido.

O presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Eduardo Braga (PMDB-AM), e o relator do projeto na Comissão de Meio Ambiente, Jorge Viana (PT-AC), condenaram o uso excessivo da força pela Polícia do Senado. Por

outro lado, o senador Reditário Cassol (PP-RO) reclamou dos manifestantes.

Para Braga, a segurança do Senado não pode "tolher a liberdade de expressão dos que se manifestam democraticamente". Viana entendeu como "abusivo" o uso da pistola de choque contra o estudante.

Reditário criticou a polícia por não ter garantido a segurança dos senadores, que, segundo ele, foram xingados pelos manifestantes.

Estudantes voltaram a protestar no Senado



Grupo de estudantes critica proposta em exame nas comissões da Casa

Um grupo de 12 estudantes voltou a protestar no Senado, no início da tarde de ontem, contra o projeto do novo Código Florestal. O grupo criticou os parlamentares que participaram das votações e incitou o "boicote" da sociedade contra a proposta.

Observados pelos agentes da Polícia do Senado, os manifestantes entoaram palavras de ordem repudiando o texto, criticando os senadores que o elaboraram. Eles apontaram ainda que um manifestante sofreu agressão na terça-feira.

Jorge Viana cobra melhorias em aeroporto acriano



Waldemir Barreto/Senado Federal

A situação da pista do aeroporto de Rio Branco, merece mais atenção, afirmou o senador Jorge Viana (PT-AC). Com mais conquistas econômicas, disse ele, o povo acriano tem viajado mais e precisa de melhores condições no aeroporto.

Jorge Viana informou ter solicitado à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) informações sobre o andamento das obras na pista do aeroporto, recursos já usados e prazo para a conclusão das obras. Segundo o senador, elas se estendem há vários anos, com pouco resultado.

O terminal é inadequado, há goteiras na parte interna e a pista oferece riscos ao pouso e à decolagem dos aviões, detalhou o senador.

– A população pede um tratamento mais respeitoso.

Lídice lamenta efeitos das chuvas em Salvador



Waldemir Barreto/Senado Federal

Lídice da Mata (PSB-BA) lamentou as tragédias em Salvador devido às chuvas desta semana. Ela informou que o desabamento de um prédio de três andares pode ter levado ao soterramento de 15 pessoas. Muitas famílias estão desabrigadas. Lídice assinalou que a bancada baiana vai se mobilizar para obter recursos junto ao governo federal.

– Quero deixar a minha solidariedade também à prefeitura [de Salvador]. Eu sei o quanto as chuvas se abatam sobre a nossa cidade, e, quando acontecem dessa forma, a prefeitura se põe em estado de emergência e não se consegue dormir de aflição.

Lídice também anunciou a homenagem póstuma, em Recife, à militante política Ana Montenegro, por iniciativa do Ministério da Cultura.



Lio de Paula/Senado Federal

Carlos Araújo (E), Raul Velloso, Delcídio do Amaral, Carlos Thadeu Gomes e José Márcio Camargo em audiência sobre endividamento

Economistas descartam risco de crise por excesso de crédito

Especialistas ouvidos em audiência no Senado disseram que as altas taxas de juros do Brasil impedem que bancos emprestem à população montante acima dos níveis seguros

ECONOMISTAS OUVIDOS ONTEM na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) afastaram o risco de o Brasil enfrentar bolha financeira desencadeada pela multiplicação do crédito para o consumo, de forma parecida com o que aconteceu nos Estados Unidos. Alguns, porém, fizeram advertências em relação ao crédito imobiliário.

– O grande problema é o crescimento rápido, que tem que ser olhado pelo Banco Central com medidas regulatórias e até, se for o caso, exigindo entradas mais elevadas para a compra de imóveis. Se o país crescer menos, podemos ter nessa área um pouco mais de inadimplência – afirmou o economista Carlos Thadeu Gomes.

O debate foi sugerido por

Cristovam Buarque (PDT-DF), para quem “a economia está bem, mas o país vai mal”. Ele manifestou preocupação com o avanço do endividamento da população – de 14,6% em 2003 para 22,2% em 2010, sem considerar o crédito imobiliário.

Segundo os economistas, os elevados juros do país, em geral criticados, funcionam como proteção contra bolhas de crédito. Isso porque os bancos não precisam forçar os níveis de alavancagem (emprestar acima de níveis seguros) para ampliar os lucros, como ocorreu nos EUA.

– Aqui basta emprestar um pouco que [os bancos] já ganham uma fortuna – disse Gomes.

O economista José Márcio Camargo disse que o endividamento

cresceu mais na população de baixa renda. Observou que a capacidade de pagamento depende do mercado de trabalho, sujeito a flutuações que podem levar ao aumento da inadimplência e, como resultado, tirar a sustentação do setor financeiro.

O diretor do Banco Central Carlos Hamilton Araújo garantiu que a instituição acompanha rigorosamente as operações do sistema bancário e tem condições de agir diante de riscos. Segundo ele, o BC tem informações de todas as operações de crédito acima de R\$ 5 mil.

O economista Raul Velloso falou da dificuldade que o país encontra para investir, o que seria um problema para manter o crescimento do consumo privado sem o risco de inflação.

Curso a distância de Serviço Social divide opiniões

As dificuldades enfrentadas pelos estudantes de cursos a distância de Serviço Social para realizarem estágios supervisionados e para disputarem empregos públicos foram tema de audiência realizada ontem pela Comissão de Educação (CE). O Conselho Federal de Serviço Social assumiu posição contrária à formação de novos profissionais por ensino a distância. Já representantes de estudantes e do Ministério da Educação criticaram o conselho pelo “preconceito” contra a modalidade de ensino.

A audiência foi realizada a pedido do senador Paulo Bauer (PSDB-SC), que presidiu o encontro, depois do surgimento de denúncias de dificuldades impostas pelo conselho à formação dos novos estudantes

por ensino a distância e à publicação, pelo mesmo conselho, de cartilha em que compara o ensino a distância a restaurante *fast food*.

A conselheira Esther Luíza de Souza Lemos criticou a rápida expansão dos cursos de Serviço Social oferecidos por instituições privadas na modalidade de ensino a distância. Para

ela, essas instituições promovem “treinamento em grande escala e baixo custo”.

A alegada baixa qualidade dos cursos oferecidos por essas instituições foi contestada pelo diretor do Departamento de Regulação e Supervisão de Educação a Distância do Ministério da Educação, Hélio Chaves Filho.



José Cruz/Senado Federal

Senador Paulo Bauer (C) preside encontro que reuniu profissionais da área

Mais prazo para recálculo da aposentadoria

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem, em turno suplementar, proposta que assegura ao aposentado ou pensionista o direito de solicitar o recálculo do benefício a qualquer momento, sem a restrição de prazo para o pedido, como acontece atualmente. A proposta determina, porém, que o recálculo só pode retroagir até cinco anos antes da solicitação.

O projeto teve origem nas modificações que Casildo Maldaner (PMDB-SC) promoveu no PLS 482/03, de Paulo Paim (PT-RS). Casildo afirma que optou por resgatar a ideia contida originalmente no *caput* do artigo 103 da Lei 8.213/91. Segundo ele, o item, alterado posteriormente, deixava implícito que não havia prazo decadencial para revisão dos benefícios, além de já determinar o limite de cinco anos de retroatividade. Se não houver recurso para que seja votada em Plenário, a proposta será enviada à Câmara dos Deputados.

Audiência tratará do Estatuto da Juventude

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou requerimento de Raulf de Rodrigues (PSOL-AP) para realização de audiência pública sobre o Estatuto da Juventude. O estatuto é tratado em projeto de lei da Câmara (PLC 98/11) do qual Raulf é relator. Ontem, ele apresentou relatório favorável.

Raulf quer debater o tema no dia 22 com a deputada federal Manuela d'Ávila (PCdoB-RS) e representantes da Secretaria Nacional da Juventude, do Conselho Nacional da Juventude, da União Nacional dos Estudantes (UNE) e do Fórum Nacional da Juventude Negra.

Entre os pontos destacados por Raulf, estão o desconto de pelo menos 50% no valor das entradas de eventos culturais e de entretenimento e a meia-passagem a jovens de 15 a 29 anos. Romero Jucá (PMDB-RR) e Demóstenes Torres (DEM-GO) fizeram críticas ao Estatuto da Juventude.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: vago*
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
Gilvam Borges**, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Presidência da Sessão

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marta Suplicy • José Sarney • Mozarildo Cavalcanti • Sérgio Souza • Eunício Oliveira • Paulo Paim

* Vago em razão da posse de Cássio Cunha Lima no lugar de Wilson Santiago | ** Licenciado

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Cláudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Comissão deve analisar Orçamento preliminar hoje

As lideranças partidárias que atuam na Comissão Mista de Orçamento (CMO) anunciaram ontem acordo que viabilizou a apresentação de emenda assegurando ganho real no reajuste de aposentados e pensionistas em 2012 no relatório preliminar do Orçamento, que deverá ser votado hoje. Subscrita por diversos parlamentares, a emenda estabelece que o índice de reajuste vai ser definido em negociação

futura entre governo, centrais sindicais e representantes dos aposentados.

O relator-geral do Orçamento de 2012, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), reconheceu a importância do pleito e disse que vai "ver uma maneira de encaixar" a emenda no seu parecer.

—O que cabe a mim é dar forma a essa manifestação política. O tema sensibiliza deputados e senadores — afirmou.

Reunião com Sarney buscou apoio para reajuste em 2012

Acompanhados do senador Paulo Paim (PT-RS) e do deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), representantes das centrais sindicais e dos aposentados se reuniram ontem com o presidente do Senado, José Sarney, para discutir o aumento dos aposentados e pensionistas do INSS. Eles querem reajuste de 11,7% em 2012 para aposentadorias e pensões acima do salário mínimo.

O percentual representa a reposição da inflação de 2011 mais 80% do crescimento do PIB em 2010. A proposta orçamentária enviada pelo Executivo garante apenas a inflação.

Segundo Paim, Sarney, o presidente da Comissão de Orçamento, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), e o relator do Orçamento, deputado Arlindo Chinaglia, mostraram-se simpáticos à proposta.



Sarney conversa com Faria de Sá (E), Paulo Pereira e Paim sobre aposentados

Aprovada emenda ao PPA com 10% do PIB para a educação

Entre as 16 emendas ao projeto do Plano Plurianual 2012–2015 aprovadas ontem pela Comissão de Educação (CE), uma delas propõe o aumento de recursos para a educação até o equivalente a 10% do produto interno bruto (PIB). Outra prevê a ampliação, de 6 mil para 8 mil, do número de creches a serem construídas no período de vigência do PPA. As comissões de Assuntos

Sociais (CAS) e de Direitos Humanos (CDH) também aprovaram as sugestões de mudança no PPA a que fazem jus. Entre as suas 22 emendas, a CAS direcionou duas delas ao aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS). A "redução das desigualdades social, de gênero, étnico-racial e regional" poderá constar das diretrizes do PPA, conforme uma das 13 emendas aprovadas pela CDH.

Marta: não há razão para pessimismo



Marta Suplicy (PT-SP) discordou das previsões pessimistas sobre a economia que surgiram após a divulgação de números mais recentes. Há risco de "estagnação" (forte retração da atividade produtiva ao mesmo tempo em que a inflação se mantém alta), dizem os críticos. Já para a senadora, "não é fácil realizar o desafio de crescer de forma sustentável com mais inclusão social e redução da pobreza", mas o país tem mostrado que há razões para ter otimismo.

Flexa cobra avanço do PAC em Belém



Flexa Ribeiro (PSDB-PA) criticou os atrasos nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em Belém. Para ele, o PAC foi feito para "acelerar" a então candidatura de Dilma Rousseff à sucessão de Lula.

— Com esse objetivo, o PAC alcançou sua intenção. Mas, passado o processo eleitoral, não podemos permitir que o PAC não avance — disse. Das 37 obras previstas para Belém, 17 estão paradas, 12 não começaram e apenas oito estão em andamento, ressaltou.

Comissão de Constituição e Justiça aprovou extensão até 2015 da Desvinculação de Receitas da União. Randolfe Rodrigues apresentou voto pela rejeição, mas foi derrotado

Projeto de prorrogação da DRU segue para o Plenário

A PRORROGAÇÃO DA Desvinculação de Receitas da União (DRU) de 31 de dezembro de 2011 até 31 de dezembro de 2015 foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e segue para votação em Plenário. Esse dispositivo libera, para livre aplicação pelo governo federal, 20% da arrecadação de impostos, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.

A medida foi sugerida pelo líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), por meio de proposta de emenda à Constituição (PEC 87/11). O relator, Renan Calheiros (PMDB-AL), já havia recomendado a aprovação e ontem apresentou voto contrário a emendas elaboradas por Inácio Arruda (PCdoB-CE), Luiz Henrique (PMDB-SC) e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). A Câmara dos Deputados também aprovou ontem uma proposta de prorrogação da DRU até 2015, de iniciativa do Executivo.

Em seu parecer, Renan argumenta que "a DRU tornou-se necessária porque o Orçamento da União apresenta elevado



Senadores concordaram que a prorrogação preserva a estabilidade econômica

volume de despesas obrigatórias e também expressiva vinculação das receitas a finalidades específicas". Ele assegurou que o dispositivo não prejudica os gastos sociais, concorrendo para preservar a estabilidade econômica, possibilitar o ajuste fiscal e conferir maior flexibilidade ao Orçamento da União.

Essa argumentação, entretanto, não convenceu Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), que apresentou voto em separado pela rejeição. Na avaliação dele, a prorrogação da DRU para viabilizar queda de juros, controle da inflação e efetivação de taxas

de crescimento não encontra suporte na realidade do país, já que a desvinculação é praticada há mais de 15 anos e o Brasil continua com as maiores taxas de juros do mundo.

Apesar de derrotado, o voto contrário de Randolfe recebeu o apoio de Aloysio Nunes, Alvaro Dias (PSDB-PR), Demóstenes Torres (DEM-GO) e Pedro Taques (PDT-MT). Já Marta Suplicy (PT-SP) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) defenderam a importância da DRU para permitir a adoção de medidas rápidas pelo governo frente à instabilidade da economia internacional.

ICMS para importado passará por 2 comissões

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), conseguiu derrubar requerimento apresentado pelo senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) para que fosse ouvida a Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) sobre o Projeto de Resolução do Senado (PRS) 72/11, que estabelece alíquotas de impostos nas operações interestaduais.

Na votação do requerimento em Plenário, ontem, os senadores optaram pela rejeição. A matéria será enviada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e voltará à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

— Precisamos votar a matéria ainda neste ano. Estamos sendo invadidos por produtos importados — disse Jucá.

Derrotado, Ferraço acusou o governo de querer resolver um tema de grande impacto nos estados de maneira apressada:

— A medida elimina a autonomia dos estados em estabelecer políticas de atração de negócios. Ele argumentou que os es-

tados adotaram suas próprias políticas de incentivos devido à ausência de política nacional de desenvolvimento regional. Aprovado o projeto, afirmou, seu estado perderá em 2012 um terço da arrecadação, baseada no ICMS das importações.



Romero Jucá fala de projeto, observado por Humberto Costa e Ricardo Ferraço

Cyro Miranda critica "inchaço" de MP



Cyro Miranda (PSDB-GO) criticou a inclusão de temas à matéria original em projeto de lei de conversão (PLV 29/11) proveniente da Medida Provisória 540/11. Com 24 artigos, o projeto passou a ter 52 depois de passar pela Câmara dos Deputados. Entre os vários assuntos do PLV, o senador declarou ser contrário a permitir que o governo aplique, até 2014, recursos do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FIGTS) em projetos associados à Copa e às Olimpíadas.

Pinheiro: ampliação do acesso a bancos



Walter Pinheiro (PT-BA) defendeu a disseminação de serviços bancários entre a população de baixa renda do interior por meio do telefone celular. Ele disse que o Banco Central aponta 50 milhões de brasileiros sem conta.

— Na maioria das vezes, essas pessoas trabalham no campo, estão inseridas no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar ou vivem em assentamentos. Alguns têm de se deslocar quilômetros para sacar o benefício.

Casildo é contra ajuda à Europa



Casildo Maldaner (PMDB-SC) rejeitou ontem, em Plenário, a ideia de o Brasil ajudar financeiramente a Europa. Para ele, o continente tem meios e recursos para enfrentar a crise.

O senador defendeu a redução da dívida soberana brasileira, que chega a quase 60% do PIB, como uma das medidas contra a instabilidade internacional. Ele também destacou a importância de o governo reduzir gastos com a máquina, aumentar os investimentos e desonerar a produção.

Único voto apresentado ontem foi de Luiz Fux, que apontou problema em dois pontos da lei. STF também suspendeu análise do recurso de Jader Barbalho, que tenta assumir vaga no Senado após ser barrado pela Lei da Ficha Limpa

Pedido de vista adia julgamento, no Supremo, da validade da Ficha Limpa

PEDIDO DE VISTA do ministro Joaquim Barbosa suspendeu ontem o julgamento da constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa no Supremo Tribunal Federal (STF). No único voto apresentado, o ministro Luiz Fux, relator das ações, manifestou-se "parcialmente" a favor da lei.

Os ministros julgavam duas ações declaratórias de constitucionalidade, apresentadas pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e pelo Partido Popular Socialista (PPS), e uma ação direta de inconstitucionalidade,

da Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL).

Fux discordou de dois pontos. Para ele, a inelegibilidade a cargo eletivo em razão de renúncia não pode ocorrer a partir do mero "oferecimento de representação ou petição capaz de autorizar a abertura de processo de cassação", como dispõe o texto. Em sua opinião, o político deve ficar inelegível se renunciar após aberto o processo.

Fux considerou desproporcional o prazo de inelegibilidade por condenação criminal. Pela

lei, o político fica inelegível por oito anos, além do tempo de pena. Para Fux, deveriam ser oito anos a partir da condenação, se a pena não for maior.

Pedro Simon (PMDB-RS) e Pedro Taques (PDT-MT) foram ao STF para acompanhar a decisão.

Jader

O STF suspendeu o julgamento do recurso de Jader Barbalho, que tenta assumir o mandato de senador pelo Pará. Os ministros decidiram aguardar a posse da nova ministra – no Senado,

ontem, foi lida a mensagem da Presidência indicando Rosa Maria Weber Candiota da Rosa.

Candidato em 2010, Jader foi barrado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com base na Lei da Ficha Limpa, por ter renunciado, em 2001, a mandato de senador em processo de casação por acusação de desvios no Banco do Estado do Pará (Banpará). Como o STF decidiu que a Ficha Limpa não seria aplicada em 2010, Jader quer retomar a vaga, hoje ocupada por Marinor Brito (PSOL-PA).

Geovani elogia Casa do Migrante em Oiapoque

Geovani Borges (PMDB-AP) comemorou a inauguração da Casa do Migrante, em Oiapoque (AP).



Inaugurada pelo ministro do Trabalho, Carlos Lupi, a unidade orientará os brasileiros que trafegam entre Brasil e Guiana Francesa.

– A cooperação entre brasileiros e franceses vem se fortalecendo. O espírito de participação do amapaense nesse processo é louvável – afirmou.

Anibal Diniz aponta acerto em ensino superior

O crescimento em 110% no acesso ao ensino superior na última década, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), foi comemorado pelo senador Anibal Diniz (PT-AC).



Para o senador, os dados mostram o sucesso das políticas públicas educacionais implantadas pelo governo Lula e de ações que garantiram maior acesso de alunos pobres às universidades.

Paulo Paim quer aumento real para aposentados

Paulo Paim (PT-RS) defendeu a inclusão no Orçamento de 2012 de reajuste real para aposentados e pensionistas da Previdência Social. Ele relatou ter discutido o assunto ontem de manhã na Comissão Mista de Orçamento (CMO), que analisa hoje o relatório preliminar (*leia mais na página 7*). Segundo Paim, o valor do reajuste ainda será definido pelo governo e entidades representativas. Ele informou que consultores do Senado calcularam o impacto da medida em R\$ 3,5 bilhões.

Eunício celebra rede de banda larga no Ceará

Eunício Oliveira (PMDB-CE) comemorou o lançamento do Cinturão Digital do Ceará. O projeto consiste em infraestrutura de 2.600 quilômetros de fibra óptica que conectarão 92 municípios do estado. Na fase inicial, a rede de banda larga já interliga 53 cidades, que abrigam 85% da população urbana do estado.

– Os benefícios dessa realização pioneira são de grande significado, tanto do ponto de vista socioeconômico quanto do administrativo – afirmou.



Antonio Carlos Valadares

Ana Amélia elogia aplicação no Executivo

Ana Amélia (PP-RS) elogiou a intenção do governo de exigir ficha limpa para cargos do Executivo. Mais de 40 municípios já possuem leis locais com os princípios da Lei da Ficha Limpa, assinalou.

A senadora destacou ainda avanços no índice que mede a igualdade entre os sexos em vários países. O Brasil avançou três posições no ranking mundial e ocupa o 82º lugar, entre 135 países. O anúncio ocorreu no último dia 1º, pelo Fórum Econômico Mundial.

– O Brasil está fazendo muitos progressos e indo na direção correta.



Ana Amélia: intenção é boa

Mais rigor contra lavagem de dinheiro

O líder do PSB, senador Antonio Carlos Valadares (SE), propôs aos demais líderes partidários a aprovação de projeto de lei que torna mais eficiente o sistema de combate à lavagem de dinheiro.

A proposição, de sua autoria, volta ao Senado, após aprovação pela Câmara dos Deputados.

– O projeto insere o Brasil entre os países da chamada terceira geração de leis do combate à lavagem de dinheiro – afirmou o senador.

A proposta tramitou por cinco anos no Senado e três anos na Câmara dos Deputados.



Mozarildo Cavalcanti

Mozarildo quer ficha limpa para comissionados

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) defendeu a criação de regras que estendam a ficha limpa aos funcionários comissionados do serviço público e aos ocupantes de cargos públicos de alto escalão.

Mozarildo discursou ontem antes de o Supremo Tribunal Federal (STF) suspender o julgamento da constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa.

– Este dia de hoje, em que o Supremo deve decidir sobre a constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa, é um marco histórico na vida política, na moralização da vida pública deste país.

Para Simon, lei inibe "mamata" e "vantagem"

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu ontem a validade da Lei da Ficha Limpa. Ele discursou antes de o Supremo Tribunal Federal (STF) suspender o julgamento da constitucionalidade da lei.

– Hoje passaremos a viver uma nova realidade. Quem faz paga. Não tem aquela história de por que não vou pegar uma vantagenzinha aqui, uma mamatazinha ali, se todo mundo pega, todo mundo leva, e a ninguém acontece nada? Hoje vai terminar, como é na Europa, nos Estados Unidos, na França, na China, na Índia.



Pedro Simon



Couto: demissão para Lupi

Lupi desafiou Dilma Rousseff, diz Mário Couto

Mário Couto (PSDB-PA) criticou a postura do ministro do Trabalho, Carlos Lupi, que disse que "só sai à bala" do cargo, após denúncias de irregularidades na pasta. Na visão do senador, a frase reproduzida no jornal *O Globo* é um desafio e desrespeito à presidente Dilma Rousseff.

– Agora eu quero ver. Demita esse safado hoje, presidenta Dilma! – disse.

Mário Couto afirmou que os desvios de dinheiro público comprometem os orçamentos da saúde, da segurança e da educação. Segundo ele, jamais se viu tanta corrupção no Brasil como agora.

"Dilma faz de conta que não existimos", afirma líder indígena

Organizações indígenas e indigenistas apresentaram ontem à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) um manifesto público com críticas ao governo da presidente Dilma Rousseff. Eles dizem que uma série de medidas do Executivo vem restringindo direitos garantidos aos povos indígenas pela Constituição.

Uma dessas decisões é a Portaria 419, editada em outubro, para regulamentar a atuação da Fundação Nacional do Índio (Funai) e da Fundação Cultural Palmares (FCP) na elaboração de pareceres destinados a processos de licenciamento ambiental em áreas ocupadas pelos nativos. De acordo com o manifesto, a portaria visa facilitar a execução de grandes empreendimentos econômicos.

– O governo tem feito vista

grossa à agressão sofrida pelos índios, mas o Ministério Público não se omitirá e vai questionar essa portaria – afirmou Kleber Karipuwa, representante da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coaiab).

A representante da Comissão Nacional Permanente da Articulação dos Povos Indígenas (Apib), Rosane de Mattos, disse que os índios tentam, sem su-

cesso, ser recebidos por Dilma.

– Pelo menos Lula teve a dignidade de nos ouvir. Mas a presidente Dilma faz de conta que não existimos. Para fazer Copa do Mundo, o governo tem dinheiro. Mas para demarcar nossas terras, não.

Marinor Brito (PSOL-PA) denunciou as ameaças de morte sofridas por caciques e acusou o governo de negligência no processo de demarcação de terras.

Na audiência, também se discutiu a questão da área indígena Maró, na região de Santarém (PA). Etnias acusam madeireiros, grileiros e garimpeiros de invasão de terras. Do debate participaram representantes do Instituto de Terras do Pará, da Funai e da Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Pará. A CDH aprovou realização de nova audiência sobre o tema, agora em Santarém.



Vicentinho Alves (3º à dir.) conduz audiência, na CDH, em que indígenas acusaram governo de restringir seus direitos